

MARIA DE LOURDES CAMPOS

HISTÓRIA CRÍTICA E IDEOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO

CAJAZEIRAS/1993

MARIA DE LOURDES CAMPOS

HISTÓRIA CRÍTICA E IDEOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho monográfico, exigência do  
Curso de Especialização em História do  
Brasil, do Departamento de Ciências So-  
ciais, UFPB, CFP, CAMPUS V.

ESP  
009  
1987

CAJAZEIRAS-PB

## SUMÁRIO

	PÁG.
APRESENTAÇÃO .....	04
DESENVOLVIMENTO .....	06
CONCLUSÃO .....	23
BIBLIOGRAFIA .....	25

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho monográfico é uma exigência do Curso de Especialização em História do Brasil, do Departamento de Ciências Sociais, UFPB, CEP do CAMPUS V - Cajazeiras-PB.

Escolheu-se para objeto de análise o livro didático História e Vida de Nelson Piletti e Claudino Piletti, da 6ª série do 1º Grau, da disciplina História, adotado no Colégio Diocesano Padre Rolim, na cidade de Cajazeiras-PB.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é realizar um estudo do livro didático supracitado e apresentar que a visão ideológica perpassada nos textos desses autores se contrapõe ao modelo oficial da ideologia oficial veiculada pela maioria dos estudos ou conteúdos de História estudados por outros autores. No caso o objeto em discussão será o alargamento das fronteiras referente o conceito de História para o autor e para os demais não estudados, apenas mencionados na sua apresentação de História e conseqüentemente ideologia, assim os textos em análise e amostra tem o propósito de esclarecer essas questões.

No desenrolar do tema História crítica e Ideologia um estudo de caso, não seguiremos uma análise sequencial de todos os capítulos trabalhados pelo autor por selecionar alguns textos em que nos seus conteúdos seja representados a questão ideológica e histórica. Sendo assim trabalharemos as seguintes temáticas: o Período Regencial, a Sociedade e Trabalho, referente ao período do Império, a Ditadura Militar, Cultura e Educação referente ao período Republicano.

No desencadear do tema pretendemos ainda trabalhar os seguintes questionamentos: Que tipo de ideologia é veiculada neste livro didático? Qual a visão de História e de Homem que a escola perpassa?

Visando esclarecer estes questionamentos objetivamos desenvolver um referencial teórico de modo que permita fundamentar e enfatizar aspectos que explicita de maneira objetiva os mecanismos de construção ideológica e histórica.

Tendo em vista, a forma como a ideologia dominante é incutida em nosso dia-a-dia, urge a necessidade de identificá-la para que possamos combater os seus mecanismos de exploração a que são submetidos a maioria da população, como também contribuir na discussão de um novo projeto social alternativo e ou pelo menos proporcionar o questionamento constante da realidade.

Abordaremos ainda como contribuição a compreensão de VASQUEZ no que se refere a importância da teoria como subsídio à efetivação da prática:

"A teoria em si...não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas por isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais, efeitos, tal transformação...uma teoria é prática na medida que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação." (....., p. )  
A educação é a mediação entre teoria e prática.

## DESENVOLVIMENTO

Para justificar o tema História e Ideologia no livro didático, partimos do conceito de Ideologia e História trabalhado na visão de algumas teorias, no intento de discutir e avaliar a questão ideológica e histórica trabalhada pelo autor Nelson Piletti e Claudino Piletti, escolhido para análise e amostragem deste trabalho.

Partindo do conceito de Ideologia, trabalharemos a questão ideológica na visão de CHAUI:

"Ideologia não é sinônimo de subjetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um "fato" social justamente porque é produzido pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais." (1989, p.31)

Em se tratando de uma abordagem sobre a ideologia em meio a uma sociedade com estratificação social visível a autora assim se expressa:

"Com efeito, se para exercer o poder e justificar seu exercício os dominantes precisam que as representações a cerca dos social e do político coincidam com o real e se veste, povo e elite constituem polos contraditórios da divisão e luta de classes, os dominantes devem agir de sorte a fazer com que permaneçam soterrados todas as manifestações da diferença e da contradição no interior da sociedade. Esse ocultamento é obtido através de uma prática e de um discurso coercitivo, mesmo e sobretudo quando a coerção não esteja imediatamente visível por ter-se transformado em consenso invisível e interiorizado. A prática e o discurso dominantes, como se sabe, estão encarregados de criar em todos os membros da socie-

dade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira, e que a contradição não existe, ou melhor, a contradição deve aparecer como simples diversidade ou como diferentes maneiras, igualmente legítimos, de participar da mesma sociedade. As "classes laboriosas" e as "classes dirigentes" são apenas variantes do cidadão e da pessoa, contidos em germe na natureza humana. Contudo, visto que não é exatamente dessa maneira que as coisas se passam na realidade, a imposição de um mesmo corpus de representações e de normas à sociedade exige que os dominantes pensem e ajam autoritariamente para que o embuste ganhe joros de verdade." (1980, p.41 e 42)

Referenciando a "escola dos Anais", tendo como grandes iniciadores Marc Bloch e Lucien Febvre, trabalham a visão de História abrangendo as diversas áreas do conhecimento, tendo em vista que sua análise tem como referência as estruturas sociais, sua evolução como também o interrelacionamento das áreas, o que permite fazer um estudo da história de forma mais ampliada, ou seja, na sua totalidade. Pois como se observa os autores assim se expressam:

"Ao invés do estudo dos fatos singulares, procuram chamar atenção para a análise de estruturas sociais (econômicas, políticas, culturais, religiosos, etc., vendo seu funcionamento e evolução. Aceitam uma história total, que veja os grupos humanos sob todos os seus aspectos e, para tal, uma história que esteja aberta às outras áreas do conhecimento humano, numa visão global: economia, sociologia, política, etc. A chamada produção interdisciplinar (onde colaboram as diferentes disciplinas do conhecimento) se torna o lema de seus seguidores.

(1989, p.38)

Analisando a concepção de história acima apresentada, detectamos que os historiadores por essa escola influenciados tem a preocu-

pação de trabalhar a história de uma forma interdisciplinar, o que extrapola a concepção positivista que se limita em si mesma, não se interrelaciona com outras áreas do conhecimento, além de se apresentar como verdades absolutas.

Tomando como referencial de análise alguns textos didáticos existentes no livro de Nelson Piletti e Claudino Piletti, trabalharemos o tipo de visão ideológica e história por estes apresentada, tendo como referencial teórico as idéias a cerca da ideologia e história acima colocados com o intuito de apresentar os conteúdos escolhidos como referências de um novo tratamento ou procedimento Histórico e Ideológico que se contrapõe a Ideologia e História oficial por nós analisadas.

Se verificarmos o tratamento ou a forma de estudo desses autores com relação ao Período Regencial podemos observar que os mesmos se preocupam em trabalhar a História e Ideologia através da introdução de idéias e conflitos sociais existentes nesse período. O que se contrapõe a Ideologia e História oficial veiculada pela maioria dos autores vez que ignoram os conflitos sociais.

Analisando a temática o Período Regencial trabalhada pelo autor, escolhemos o tópico que aborda as Revoltas do Período Regencial e especificamente a Cabanagem para referenciar os movimentos sociais enfrentados pela maioria da população que viviam em condições miseráveis. Para um maior entendimento apresentamos o seguinte contexto:

"A fome e a miséria do povo e a revolta contra o presidente da província nomeado pelo governo regencial se juntaram para promover a mais sangrenta insurreição da história do Pará, que em cinco anos provocou a morte de 40.000 pessoas, quase a metade de sua população.

A grande maioria da população paraense vivia na miséria em pobres cabanas construídas às margens dos rios. Por isso os revoltosos receberam o nome de cabanos. Na luta contra o governo central, os cabanos juntaram-se aos fazendeiros e comerciantes locais, esperando conseguir me-

lhores condições de vida.

Em 1835, os cabanos invadiram e ocuparam Belém, capital do Pará. Mas o primeiro presidente que os cabanos colocaram no governo da província, o fazendeiro Félix Malcher, traíra o movimento fazendo acordo com as tropas do governo central. Por isso os revoltosos o mataram e o substituíram por Francisco Pedro Vinagre. A este sucedeu Eduardo Angelim. Para enfrentar essa revolta as tropas imperiais receberam o apoio de mercenários europeus e eram extremamente cruéis com os revoltosos que conseguiam prender. Muitos deles foram trancados no porão de um navio e queimados com cal. Depois de um ano de sangrentos combates, os cabanos abandonaram Belém, embrenharam-se pelo interior do Pará e continuaram a luta. As forças do governo saíram em sua perseguição, cometendo as maiores atrocidades. Os cabanos foram perseguidos como animais ferozes: quando presos, eram amarrados em troncos e barbaramente açoitados; quando morriam suas orelhas eram cortadas e dispostos num fio, em forma de colar, para serem levados como troféu pelos perseguidores.

Essa guerra cruel só terminou em 1840; quando os últimos cabanos se entregaram, sem terem conseguido atingir os objetivos pelos quais lutaram. À revolta dos cabanos contra as péssimas condições em que viviam, o governo respondeu apenas com violência e morte. (1990, p. 14 - 15)

Verificamos que o autor faz referência as violências e as atrocidades, de que eram vítimas grande parte da população nos combates com as forças governamentais. É bem verdade que a ideologia oficial não tem o interesse de divulgar e destacar às lutas e participação do "povo" em virtude de não existir interesse em valorizar as ações de um povo submisso, tendo em vista que a valorização

destes é uma fronta para o sistema vigente.

Percebemos ainda que os movimentos sociais são fortemente combatidos pelos governantes através da violência, cujo objetivo é amedrontá-los, extinguí-los e conseqüentemente se apoderar do poder. Mas por outro lado alguns historiadores enfatizam as lutas, reações da classe explorada como contraposição as condições de miséria e explanação que são submetidos.

De um modo geral as mensagens veiculadas nos livros didáticos apresentam uma realidade que não condiz com o real processo histórico pelo fato de não estudá-lo na sua totalidade, dando destaque apenas a alguns aspectos que favorecem a história dos dominantes, pois como é sabido não existe interesse de enfatizar e divulgar a história dos explorados, muito pelo contrário, é dado destaque a história dos dirigentes e desprezada a dos dirigidos.

Referenciando a História que tem circulação em nossas escolas Laura Franco faz o seguinte comentário:

"Na História que tem entrada franca em nossas escolas, também se aprende que nosso passado foi sempre um mar de rosas. Quando muito, denuncia-se a violência de "rebeldes", agitadores, descontentes, para legitimar a contrapartida: a violência da repressão. Essa é tolerada e são aceitos todos os métodos que mostram eficientes para a concórdia, a manutenção da ordem e da paz.  
(1982, p.41)

A autora confirma que a história veiculada em nossas escolas favorece a ideologia oficial. E que a história apresentada de forma parcial e abstrata, raramente pode vir a se constituir em um instrumento eficiente em que leve à compreensão dos fatos sociais na sua amplitude. Portanto uma História que tenha essas características não proporciona ao aluno condições para que se sinta historicamente localizado e capacitado a uma atuação crítica à realidade que o rodeia. Tudo isso tem suas explicações como forma de impedir que o jovem participe do real processo histórico e que os outros deci-

dam por eles, sem contudo participar das decisões que irão cumprir.

Partindo do pressuposto de que o sistema capitalista tem o interesse e preocupação de expropriar os bens da maioria da população, seria esta a explicação histórica e ideológica oficial para ocultar o real processo histórico?

Pensamos a este respeito fazermos referências à alguns estudiosos que se preocuparam em defender o mascaramento da realidade social de classe no sistema capitalista pela dominação também ideológica. Como podemos observar SNYDERS tece o seguinte comentário:

"Para persuadir o proletariado de que é livre, que o mundo capitalista é um mundo em liberdade em que as probabilidades são iguais para todos, é necessário não se dizer nada sobre os mecanismos de exploração e de antagonismos entre as classes, quer dizer, passo a passo sobre o mundo presente (...)

É precisamente para não falar no essencial que se desvia a atenção para uma massa de conhecimentos inúteis, supérfluos, sem vida. A escola não pode ser senão apática, desligada dos interesses dos alunos e disso mesmo irão acusar-se os professores, irá procurar-se salvação em novos métodos e, na melhor das hipóteses, em "remendos". Na realidade, os conteúdos é que estão em causa e por motivos de classe: ocultar dos alunos o que é considerado perigoso: mas é precisamente o que poderia interessar-lhes." (1978, p. 362)

Comentando ainda o ensino de História, constatamos que os conteúdos de modo geral trabalhados com os educandos, são desvinculados da realidade histórica social e educacional da clientela. Os conteúdos aparecem e são trabalhados como saber pronto e acabado, o que representa as preocupações de uma escola voltada principalmente para a consolidação e manutenção da dominação econômica e política da sociedade capitalista.

Utilizando como paralelo as visões de História trabalhada pe

lo autor em análise e outros conteúdos de História estudados por diversos autores, notamos que enquanto o autor escolhido para estudo enfatiza os movimentos sociais ocorridos, expressa também o processo histórico de forma crítica, o que o diferencia de inúmeros estudos feitos, com o objetivo de ocultar o real processo histórico de forma global, beneficiando assim as classes dominantes que se encontram no poder.

Como enriquecimento do trabalho referenciamos outros estudos que trabalham a ideologia dentro da relação da sociedade de classes podemos observar alguns entendimentos, com referência a reversão da dominação ideológica, na concepção de MELLO:

"A adaptação dos conteúdos metodológicos de ensino e avaliação à realidade da clientela escolar; a criação de recursos de ensino adequados as demandas específicas de cada unidade; participação nas decisões mais amplas sobre planejamento, currículo e avaliação e muitas outras atividades que ainda cabem ao professor, requerem preparo e senso crítico."(1983, p.71)

Para tanto é imprescindível que o educador atente para a realidade histórica e do educando com o objetivo de proporcionar uma cultura capaz de se contrapor a exploração das classes sociais.

Como diz Fêniz, a escola precisa "emergir das cinzas para a vida, para proporcionar ao aluno a compreensão da realidade e ampliar seu domínio sobre essa mesma realidade. Para que possamos contar com essa nova escola devemos encampar lutas pelo real processo de democratização, através da participação, envolvimento e compromisso dos educadores, pais, alunos, comunidades em geral e os governantes.

Prosseguindo a análise da temática Sociedade e Trabalho, elegemos o tópico a libertação dos Escravos, onde o autor coloca os diversos fatores que contribuíram para a concretização da Abolição. Incluindo desde de campanhas encampadas por diversos segmentos, as reações e fugas dos escravos, como também interesses econômicos, o

que se contrapõe a ideologia oficial divulgada por diversos autores que estudaram o assunto, existe versões de que a abolição foi um ato de bondade da Princesa Izabel, negando todo um processo histórico.

Na exposição da temática o autor faz as seguintes considerações no tocante a libertação dos escravos:

"Os escravos que trabalhavam nas fazendas não se submetiam facilmente à escravidão. Resistiam de diversas maneiras: alguns se matavam, outros fugiam, reuniam-se em quilombos e organizavam-se para lutar contra os ataques dos seus perseguidores. Os quilombos foram numerosos em todo o Brasil. O principal deles foi o Quilombo de Palmares.

No processo de libertação dos escravos houve dois momentos especialmente importantes: o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a abolição da escravatura em 1888. A Inglaterra acabou com o comércio de escravos em suas colônias em 1807. A partir de então começou a exercer forte pressão sobre o Brasil, para que o nosso país também acabasse com o tráfico.

Com a revolução industrial, que começou na Inglaterra por volta da metade do século XVIII, a fabricação de produtos manufaturados teve um grande aumento. E a Inglaterra pretendia que aumentasse o mercado consumidor desses produtos, o que seria difícil se grandes somas de dinheiro continuassem a ser gastos no comércio de escravos. Assim não seria o salário que os trabalhadores passariam a receber que interessava aos ingleses, mas sim o dinheiro que deixaria de ser gasto na compra de escravos e que poderia ser encaminhado à Inglaterra, para compra dos seus produtos. A campanha abolicionista ganhou as ruas. Jornalistas, políticos e escritores uniram-se na luta pela libertação dos escravos. Quando passavam pelas fazendas paulistas, os maquinistas dos trens diminuían a marcha para ajudar os escravos a pu-

larem no trem, esconderem-se entre as mercadorias e chegarem a Santos, de onde iam para o Quilombo de Jabaguara. Nesse quilombo, logo antes da abolição, havia mais de 10.000 negros que haviam fugido da escravidão. Até os fazendeiros, de modo especial aqueles que não tinham mais escravos, ficaram a favor do movimento abolicionista por dois motivos:

- .o escravo com o fim do tráfico, ficou muito caro e
- .além do mais podia ficar doente e fugir."(1990,p.35 - 37)

Ainda esclarecendo a questão da Abolição, OLIVEIRA levanta alguns itens que explica também a temática analisada:

"O escravismo como forma de trabalho compulsório, alimentava a acumulação primitiva nas metrópoles capitalistas em expansão, mas seu efeito interno nas economias coloniais era diferente, obstaculizando a diferenciação da divisão social do trabalho. A acumulação, em economias desse tipo, de que a brasileira é exemplo eloquente, resulta na ampliação do fundo de terras, sem entretanto produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante; é uma acumulação de riquezas, mas não de capital.( p.23)

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi uma saída para o sistema capitalista, tendo em vista que a partir da abolição se resolveria a questão da acumulação de capital pelo fato do ex-escravo passar a consumir e a pagar as suas próprias despesas.

Para o sistema capitalista estaria solucionado o impasse, e para os ex-escravos quais as condições de sobrevivência que os mesmos enfrentariam?

Objetivando esclarecer o questionamento acima nos detemos na visão de OLIVEIRA, em que aborda a questão dos ex-escravos como não sendo favoráveis:

"Sua anterior condição de escravo lhe embotara a capacidade técnica, o domínio do instrumento de trabalho, e portanto ele não tem nada a transferir para o capital senão sua força muscular; a subordinação real do trabalho ao capital está ainda por completar-se. Não é estranho, por isso, que, em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX tinha que socorrer-se do imigrante estrangeiro, cuja predominância no total da classe operária ainda era absoluta em 1920." ( p.25-26)

Constatamos portanto que embora o ex-escravo estivesse em liberdade, não estaria resolvida todas as suas dificuldades, tendo em vista que não tinham terras, mão-de-obra especializada e nem tampouco incentivo e ajuda do governo, ficaram relegados as condições miseráveis e precárias.

Ainda hoje existe notícias de que em pleno século XX é identificado o trabalho escravo em algumas fazendas no interior do Brasil.

Dando prosseguimento a análise de outras temáticas escolhidas para estudo, trabalharemos a seguir a Ditadura Militar onde faremos uma amostragem deste período que foi marcado pelo autoritarismo, violência, repressão, perseguição e censura a imprensa como estratégia de ocultar toda esta página negra da nossa história, que veremos a seguir:

"Os ministros militares Arthur da Costa e Silva, do Exército, Correia de Melo, da Aeronáutica, e Augusto Rademaker, da Marinha, assumiram o comando do país. Passaram por cima da Constituição e do Congresso Nacional e atribuíram ao Governo Militar poderes excepcionais. Fizeram isso através dos chamados Atos Institucionais. O primeiro desses Atos o AI-1, foi baixado no dia 9 de abril de 1964. Entre outras coisas, estabeleceu:

- .a eleição indireta do Presidente da República;
- .a autorização para que o presidente pudesse cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos;
- .a suspensão por seis meses das garantias constitucionais."

O governo de Castelo Branco: a ordem a qualquer preço.

"revogou os decretos de nacionalização das refinarias de petróleo e da desapropriação de terras. Ao mesmo tempo, iniciou uma violenta repressão contra aqueles que considerava opositores do regime militar:

- .cassou, suspendendo seus direitos políticos, 378 pessoas, entre as quais três ex-presidentes - Juscelino, Jânio e Jango - seis governadores e 55 membros do Congresso Nacional;
- .demitiu 10 000 funcionários públicos;
- .mandou instaurar 5 000 inquéritos, envolvendo 40 000 pessoas.
- .acabou com a estabilidade dos trabalhadores no emprego: o trabalhador poderia ser dispensado na hora que o patrão quisesse. Além disso controlou rigidamente os salários e o movimento operário, intervindo em sindicatos, proibindo e reprimindo violentamente as greves.

Com a criação do AI-3, a democracia recebeu novos golpes: os governadores e vice-governadores também seriam eleitos indiretamente e os prefeitos das capitais não seriam eleitos, mas nomeados pelos governadores.

O quadro estava completo: o presidente seria indicado pelos militares; os governadores, escolhidos pelas Assembléias Legislativas Estaduais entre políticos que fossem de agrado do presidente; os prefeitos das capitais seriam escolhidos pelos governadores. Mais tarde, os prefeitos de centenas de municípios

considerados áreas de segurança nacional também passaram a ser escolhidos pelos governadores, de comum acordo com o presidente. De alto a baixo, a mais perfeita ordem, sob o controle dos militares e em benefício dos poderosos. Se alguém ousasse discordar, eram poucas as alternativas: a prisão, a cassação, o exílio ou a perigosa clandestinidade. Universidades e Sindicatos foram invadidos pela polícia. Muitos professores, estudantes e trabalhadores foram presos e submetidos a Inquéritos Policiais Militares."(1990, p.83-84)

Analisando ainda os governos militares pegamos o governo de Costa e Silva: a vitória da linha dura.

"Foram muitas as manifestações contra a ditadura militar. Estudantes e operários faziam greves e saíam as ruas para protestar. Em 1968 essas manifestações se tornaram mais frequentes. No Rio de Janeiro, cerca de 100 000 pessoas foram às ruas protestar em passeata contra o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia; em São Paulo, aproximadamente novecentos provenientes de todo o país foram presos, quando participavam do XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), no município de Ibiúna. Trabalhadores de Osasco e de outras cidades entraram em greve."(1990,p.84-85)

O governo de Garrastazu Médici: a face mais cruel da ditadura.

"Médici também estabeleceu uma forte censura à imprensa e a produção cultural. Havia guerrilha, mas todo mundo era levado a crer que o país estava em paz, pois os jornais nada podiam divulgar. O jornal do Estado de São Paulo publicava poemas no lugar dos textos proibidos; o Jornal da Tarde, também de São Paulo, publicava receitas culinárias no lugar das notícias censuradas. Durante os dez anos em que vigorou o AI-5(1968-1978),a

censura federal proibiu mais de quinhentos filmes, quatrocentas peças de teatro, duzentos livros e milhares de músicas. O Serviço Nacional de Informações (SNI) espalhou milhares de agentes e informantes por todo o Brasil - nas escolas, nas fábricas, nos prédios de apartamentos, etc - para descobrir e denunciar aqueles que fossem contra o regime. Qualquer pessoa, vizinho, colega, amigo poderia ser informante do SNI. A insegurança e o medo instalaram-se no país.

O Brasil consagrou-se tri-campeão de futebol no México (1970). Tudo isso era usado pelo governo militar como propaganda a seu favor. Assim, havia o Brasil da Propaganda, onde tudo ia bem: o país era "uma ilha de tranquilidade" em um mundo conturbado. Por outro lado, havia o Brasil real, com censura, perseguições políticas e torturas. Nessa época o governo criou um slogan que dizia "Brasil, ame-o ou deixe-o", ou seja, quem não aceitasse o Brasil como ele era - ou como ele estava - que deixasse o país."

Como observamos, o texto acima apresentado demonstra que o período da Ditadura foi marcado pelo autoritarismo, torturas, imposições, perseguições, assassinatos, prisões, greves, censura à imprensa e manifestações contra a ditadura. Apesar deste quadro estampado os governos utilizavam diversas estratégias para ocultar a verdade dos fatos, tanto é que os jornais não podiam divulgar nada a este respeito, e como consequência o país vendia a falsa imagem de que tudo estava bem.

A História Oficial que tem circulação em nossas escolas camufla os conflitos e tensões sociais, valoriza e destaca a ação individual dos heróis sem contudo fazer um paralelo entre os acontecimentos e as relações sociais no dizer de RODRIGUES:

"A História passou a ser ensinada como resultante do espírito aventureiro e heróico que, por graça dos

deuses, explode de tempos em tempos entre os homens , produzindo grandes feitos. Não se procura estabelecer relações entre os acontecimentos, nem se dá qualquer importância à ação organizada, sistemática e articulada nos movimentos históricos, clareando os interesses de grupos e de classes como os verdadeiros motores da história."(1985, p.109)

A ideologia da classe dominante é empregada para disfarçar essa incoerência entre os princípios sociais e a práxis sócio-econômica, mantendo e justificando a práxis discriminatória, assim se expressa a historiadora NADAI:

"Enquanto a clientela da escola era a própria burguesia o conteúdo da História estava adequado. Com a democratização da escola, que passou a receber outras faixas da população, esse conteúdo, embora preenchendo um papel ideológico de reprodução do modelo de sociedade, não atende ao aluno pobre como pessoa e muito menos como ser social. De forma superficial, a escola fala de uma História que não diz respeito a esse aluno. Daí todo o desinteresse."(1991, p.14)

Superar o desinteresse e apatia dos alunos é um desafio que o professor de história precisa vencer, mas é uma tarefa não muito fácil, justamente porque a maioria destes não possui uma formação crítica para se contrapor à visão paternalista, autoritária, superficial, que a maioria dos conteúdos didáticos perpassa a clientela escolarizável, sem contudo esquecer as péssimas condições de trabalho e o achatamento salarial que são impostos pelo sistema.

Concluindo a análise das temáticas, passaremos agora a trabalhar a temática Cultura e Educação, onde o autor comenta que a escola é restrita a uma pequena parcela da população como veremos a partir de então:

"Muitas mudanças Vêm acontecendo na cultura e na educa-

ção desde o início do Período Republicano. A principal dessas mudanças foi, sem dúvida, o aparecimento do rádio(1922) e da televisão(1950), que hoje já existem na maioria dos domicílios brasileiros.

Mas uma coisa não mudou muito. A cultura erudita - literatura, teatro, cinema, etc. - e a própria escola continuam inacessíveis à grande parte da população. Como no Império, a cultura continua sendo feita pelos ricos e para os ricos. É graças à televisão que a maior parte do povo chega até o livro, o cinema e o teatro, pois muitos romances e peças teatrais são adaptadas e transformados em novelas, e muitos filmes são exibidos diariamente pela televisão.

A escola ainda não atende às necessidades da população. Em 1980, um em cada quatro brasileiros com mais de 15 anos era analfabeto; mais de 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola; e de cem crianças que começavam o primeiro grau apenas doze chegavam a completá-lo. Essa situação demonstra que são ainda necessários muitas mudanças no ensino, para que a população encontre na escola o verdadeiro meio de se educar, de aprender o que acontece no mundo e de contribuir para sua transformação."(1990, p.122)

Comentando as idéias do autor percebemos que esta realidade descrita é um fato real, pois como é do nosso conhecimento a escola não absorve toda a população escolarizável, e quando absorve uma parcela dessa clientela, ainda não garante a sua permanência nela.

Em relação à questão cultural o autor denota que a cultura erudita é feita pelos ricos e para os ricos, por atender as determinações das classes dominantes que não proporcionam oportunidades e nem tampouco valorizam a cultura popular como se expressa SOARES:

"A escola, como instituição a serviço da sociedade capitalista, assume e valoriza a cultura das classes dominantes; assim, o aluno proveniente das classes dominadas nela encontra padrões culturais que não são os seus e que são apresentados como "certos", enquanto os seus próprios padrões são ou ignorados como inexistentes, ou desprezados como "errados". Seu comportamento é avaliado em relação a um "modelo", que é o comportamento das classes dominantes; os textos e provas a que é submetido são culturalmente preconceituosos construídos a partir de pressupostos etnocêntricos, que supõem familiaridade com conceitos e informações próprias do universo cultural das classes dominantes. Esse aluno sofre, dessa forma, um processo de marginalização cultural e fracasso não por deficiências intelectuais ou culturais, como sugerem a ideologia do dom e a ideologia da deficiência cultural, mas porque é diferente, como afirma a ideologia das diferenças culturais. Nesse caso, a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos provenientes das camadas populares cabe à escola, que trata de forma discriminativa a diversidade cultural, transformando diferenças em deficiências."(1986, p.15-16)

Comentando o referencial da autora percebemos que a sociedade capitalista tem o interesse de reproduzir de todas as formas a sua cultura, seus valores e costumes para manter o controle das classes sociais e ao mesmo tempo tirar proveito dela.

Cultura, na visão de SANTOS, é um processo social coletivo que abrange os diversos setores da sociedade:

"Cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em processo, uma dimen-

são fundamental das sociedades contemporâneas."(1985, p.50)

Embora a cultura erudita seja um privilégio específico dos ricos e para os ricos, não devemos restringí-la apenas à classe dominante, justamente porque há uma diversidade cultural muito grande o que não faz sentido isolá-la dos diversos jornais culturais existentes. O fato da cultura caracterizar a existência social de uma sociedade, faz-nos compreender que esta não se limita à simples escolaridade.

Mencionando a obra de GRAMSCI sobre os intelectuais e a organização da cultura, ele demonstra que o processo educativo, constitui a base de sustentação onde a classe dominante procura legitimar sua visão de mundo, assim diz o autor:

"O 'certo' se torna 'verdadeiro' na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo 'individual'(e muito menos individualizado)é o reflexo da fração da sociedade civil na qual participa, das relações sociais tais elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o 'certo' de uma cultura evoluída torna-se 'verdadeiro' no quadro de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação."(1982, p.131)

Essa desvinculação entre escola e vida reflete o isolamento das práticas educativas nos dias de hoje, favorecendo, dessa forma o sistema vigente que não tem interesse de oferecer um ensino de História crítico, capaz de possibilitar o desenvolvimento da consciência social do aluno.

## CONCLUSÃO

Se pegarmos diversos livros didáticos de História, que são adotados em nossas Escolas, concluiremos que o objetivo maior destes é favorecer a classe dominante. Para demonstrar esta realidade selecionamos algumas características que estes livros trazem no seu interior:

- .Os conteúdos aparecem de forma abstrata, fragmentada, superficial e isolada;
- .Conteúdos desvinculados da realidade social dos educandos;
- .Os movimentos sociais, conflitos e tensões são ocultados;
- .Prioriza e destaca os "heróis" da história e
- .ainda apresenta a história de forma acabada.

Esse perfil acima esboçado permite consagrar as aspirações da burguesia, que via ocultamento da realidade dos fatos, ganha espaço para se fortalecer cada vez mais enquanto instrumento de dominação ideológica.

O autor escolhido para objeto de pesquisa se contrapõe a ideologia oficial trabalhada pela maioria dos autores tradicionais. Tanto é que trabalha os conteúdos de forma dinâmica, crítica e atualizada. Descreve os movimentos sociais como responsáveis pelas transformações sociais, além de enfatizar a participação do povo nas lutas.

Para tentar enfraquecer a ideologia burguesa, necessário se faz que os educadores adotem metodologias capazes de propiciar um ensino crítico de História, para que possamos nos contrapor a esse mascaramento da realidade social subjacente ao livro didático.

Assim sendo teremos condições de tornar o ensino de História, atraente, participativo, reflexivo e conseqüentemente o despertar da consciência crítica do educando, para que este possa realmente atuar como sujeito histórico no processo das transformações sociais.

Cajazeiras, 25 de fevereiro de 1993.

MARIA DE LOURDES CAMPOS

## BIBLIOGRAFIA

- CECÍLIA, Maria Bernadete Costa Santa. A transmissão do conhecimento na Dinâmica Interna de sala de aula noturna. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1980.
- \_\_\_\_\_. O que é Ideologia. 30ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 1989.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada. São Paulo, Global, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- JOSE, Luiz dos Santos. O que é cultura. 3ª ed. Brasiliense, 1989.
- MELLO, Guiomar N. As atuais condições de Formação do Professor de 1º Grau: algumas reflexões e hipóteses de investigações. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (45): 71-78, maio, 1983.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o Povo. 12ª ed. São Paulo, brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. A Escola e a compreensão da realidade. 14ª ed. São Paulo, brasiliense, 1986.
- NOSELLA, Maria de Lourdes C. Deiró. As Belas Mentiras: Ideologia subjacente aos textos didáticos. 11ª ed. São Paulo, Global, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. Economia da Dependência Imperfeita. 4ª ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1984.

- PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. História e Vida: Brasil: Independência aos dias de hoje. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1990, Vol 02.
- RODRIGUES, Neidson. Por uma nova Escola: o transitório e o permanente. São Paulo, Cortez, 1985.
- Revista Brasileira de História - Produção & Transgressões. Vol. 05, nº 10 - março a agosto de 1985, marco zero.
- Revista Brasileira de História. Sociedade e Trabalho na História nº 11, ANPUH, marco zero, set/1985.
- Revista Nova Escola - nºs 17, 30, 34, 53. Fundação Victor Civita 1987 à 1991.
- SOARES, Magda. Linguagem e Escola, uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1986.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 1986.
- SNYDERS, Georges. Para onde vão as pedagogias não-diretivas? tradução Ruth Delgado, Lisboa, Moraes, 1978.
- VASQUEZ, A.S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

7,5 (sete e meio)  
Silvana Vieira de Sousa